



Transexualidades: invisíveis nos direitos, presentes nos estudos clínicos e manuais médicos

Marcos da Cruz Alves Siqueira

Resumo

O presente trabalho é um recorte da tese de doutoramento em educação. O objetivo é apresentar a história das transexualidades no Brasil contribuindo para o entendimento da temática e a produção da história deste movimento que ficou inviabilizado nos direitos civis brasileiros, mas presente nos estudos clínicos e manuais médicos. Deste modo, por meio do aporte teórico sobre o tema apresentamos acontecimentos que consolidaram a letra “T” no movimento de Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos – LGBTI+ em nosso país. Além disso, o nosso texto apresenta reflexões e problematizações sobre o processo de aceitação social corpo-vagina-mulher ou corpo-pênis-homem, o processo transexualizador e a existência de pessoas transexuais. Por fim, o artigo espera entregar uma breve historiografia sobre as transexualidades contribuindo para diversas áreas de pesquisa, tais como: Gênero, Sexualidade, Direitos Humanos e Educação.

Palavras-chave: Travestis; Tratamento; Transtorno; Transsexuais; Travestilidades.

Transsexualities: invisible in rights, present in clinical studies and medical manuals

Abstract

The present work is an excerpt from the doctoral thesis in education. The objective is to present the history of transsexualities in Brazil, contributing to the understanding of the theme and the production of the history of this movement that was unfeasible in Brazilian civil rights, but present in clinical studies and medical manuals. Thus, through the theoretical contribution on the subject,

we present events that consolidated the letter "T" in the Lesbian, Bisexual, Transvestite, Transgender and Intersex - LGBTI+ movement in our country. In addition, our text presents reflections and problematizations on the process of social acceptance body-vagina-woman or body-penis-man, the transsexual process and the existence of transsexual people. Finally, the article hopes to deliver a brief historiography on transsexualities contributing to several areas of research, such as: Gender, Sexuality, Human Rights and Education.

Keywords: Transvestites; Treatment; Disorder; Transsexuals; Crossdressing.

Transexualidades: invisíveis nos direitos, presentes nos estudos clínicos e manuais médicos

O debate sobre o tema e o tratamento que o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Intersexos - LGBTI+ e a medicina proporcionaram ao grupo transexual possibilita compreender os motivos que levaram pessoas trans as internações compulsórias e terem suas vidas moldadas pela ótica patológica. Além disso, quando resgatamos a história das transexualidades, suas lutas e resistência para a consolidação da letra "T" nos movimentos sexuais no Brasil passamos a refletir e problematizar a garantia ou negação dos direitos as pessoas transexuais em nosso país.

Com isso, é preciso entender quais olhares permearam sobre a identidade transexual e quais discursos ainda permanecem na atualidade. Por esse motivo, este artigo vem contribuir para a produção de conhecimento ligado aos Estudos de Gênero, Sexualidade, Direitos Humanos e Educação. Por meio do aporte teórico sobre o tema, transexualidades, vamos refletir e problematizar as definições que foram atribuídas ao longo da história ao corpo, modo de ser e viver transexual.

Em nosso artigo, vamos apresentar os recortes da história das transexualidades e de sua luta pela despatologização de sua condição ou manutenção do termo nos manuais clínicos, debate que vamos apresentar mais adiante. Nesse percurso vamos pensar as mudanças históricas, culturais, políticas e sociais em relação às transexualidades que implicaram em reconhecer a existência dessa identidade que, por muito tempo, ficou invisível frente aos direitos sociais e ao próprio movimento LGBTI+, mas presente nos estudos clínicos e nos manuais médicos.

O intuito não é falar sobre as vivências de pessoas transexuais, por haver diversos/as autores/as que tratam sobre o assunto com propriedade e que se identificam como pessoas trans. Pretendemos, assim, criar uma reflexão sobre o movimento trans que surge em paralelo ao movimento LGBTI+ e que, posteriormente, passa a integrar o movimento de luta pela equidade de direitos sexuais no

Brasil. Esse movimento de criar um grupo separado do coletivo LGBTI+ proporciona um diálogo sobre a história de luta desse grupo e a garantia de um tratamento de saúde acessível e humanizado.

Além disso, no decorrer de nosso texto vamos utilizar a nomenclatura “comunidade “T””, isso porque compreendemos que o “T” na sopa de letrinhas LGBTI+ tem vivências e identidades diferenciadas, tais como: travestis, transexuais, transgênero entre outras. Assim, reconhecemos a letra “T” como um imenso guarda-chuva que abriga diversas identidades. Dessa forma, quando utilizamos comunidade “T” tentamos englobar todas as identidades que essa sigla comporta.

Por esses motivos apresentados acima, vamos utilizar da bibliografia sobre o tema transexualidades no Brasil para tentar apresentar a trajetória desse grupo em nosso país, de forma respeitosa. Desta forma, quando oportunizamos dialogar sobre a vivência, história e memória de um determinado grupo, reacendemos na ciência algumas reflexões e problematizações sobre: quem produz ciência em nosso país e quem se destina? Quais grupos são reconhecidos socialmente?

Por fim, nosso trabalho, pretende contribuir para uma breve historiografia sobre as transexualidades colaborando para diversas áreas de pesquisa, tais como: Gênero, Sexualidade, Direitos Humanos e Educação. Afinal, quando passamos a compreender os diversos movimentos marginalizados, silenciados ou negados na História, passamos a compreender novos modos de ser e viver em sociedade. Garantir o acesso a memória por meio da literatura científica, possibilitando pensar as políticas públicas é o objetivo maior de qualquer pesquisador/a e, esta é a nossa função enquanto investigadores/as sociais.

O fenômeno transexual: quando surge a transexualidade na literatura médica?

O “fenômeno transexual” foi um dos primeiros termos referentes aos estudos sobre pessoas transexuais no campo da medicina. Segundo Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012), a década de 1950 é marcada pelos primeiros artigos que tratavam sobre o assunto. Para os estudos da época, o ponto de partida para identificar pessoas transexuais era a relação de abjeção que pessoas transexuais tinham em relação as suas genitálias.

Essa abjeção foi um dos primeiros demarcadores na medicina para indicar um estudo mais detalhado em pessoas que não se reconheciam em suas estruturas corpóreas. Foi preciso uma investigação mais minuciosa do campo da medicina na tentativa de compreender uma identidade que se formava, naquela ocasião, e que hoje conhecemos como transexual.

A partir dos estudos que se apresentaram em 1950, diversos discursos tentaram definir o que seria a vivência transexual, dentre os quais podemos destacar a Medicina, a Psicologia, a Psicanálise, a

Psiquiatria, entre outros. Todas essas narrativas começaram a permear as vivências trans pela ótica da patologia, enquanto o movimento LGBTI+, por não compreender a vivência de pessoas transexuais, deixa a experiência trans invisível frente ao movimento ou passa a silenciar sua luta não possibilitando espaço dentro do próprio movimento LGBTI+ para a comunidade “T” reivindicar seus direitos.

Para Bento (2014), as narrativas que se formaram por meio dos discursos médicos passaram a limitar a existência trans por meio de estruturas fixas corpóreas. Dessa forma, pessoas transexuais passaram a viver na fronteira do gênero, pois o que definia a existência do gênero macho e fêmea seria o sexo biológico: corpo-vagina-mulher ou corpo-pênis-homem e as pessoas transexuais não se reconheciam nesse percurso apresentado pela medicina.

A definição corpo-vagina-mulher ou corpo-pênis-homem foi um dos marcos para a medicina passar a criar intervenções cirúrgicas e hormonais em pessoas que não se reconheciam dentro de suas estruturas corpóreas como citado acima. Com isso, os demarcadores de gêneros foram importantes para o campo da medicina passar a produzir em sua literatura médica o modo operante para modificar e ressignificar as estruturas corpóreas de pessoas que se reconheciam como transexuais, ou seja, tinham abjeção por certas partes do corpo.

Caso alguma pessoa não se reconheça dentro desses marcadores pré-estabelecido pela medicina, estaria suscetível a uma intervenção médica e diversos tipos de violência. Para Bento (2014, p. 49), é preciso fazer outro questionamento para além do demarcador da medicina, tal como: “[...] só é mulher quem tem útero?” Para a autora, só será possível compreender a vivência trans, quando o campo da medicina passar a interpretar o conceito de mulher por outra ótica, deixando de lado a lógica do corpo-vagina-mulher ou do corpo-pênis-homem. O questionamento de bento (2014) é uma provocação ao campo da medicina, numa tentativa, de repensarem a lógica corpo-vagina-mulher ou corpo-pênis-homem.

Essa lógica citada acima prevalece até os dias atuais e, para a autora, reafirma o conceito da vivência heterossexual, pois, para pessoas transexuais serem reconhecidas como mulher ou homem, é preciso que realizem uma cirurgia padronizando seus corpos. Não seria mais coeso realizar uma nova interpretação sobre a vivência trans? Essa questão é motivo de discussão tanto para a comunidade “T” quanto para o campo da medicina.

Uma resposta simples para o questionamento acima é: ao pensar uma nova interpretação sobre a vivência trans, a comunidade médica também terá que repensar a conduta do campo da medicina frente a essa nova interpretação. Deste modo, seria praticamente negar anos de estudos clínicos, manuais médicos e protocolos e pensar novas interpretações para as vivências trans.

A pergunta que temos que fazer é: o campo da medicina está disposto a pensar uma nova interpretação juntamente com a comunidade “T”? Como podemos observar, não. Pois, mesmo com os avanços na discussão a comunidade médica mantém em seus códigos de doença procedimentos e protocolos de tratamento no Brasil, assunto que vamos discutir mais a frente.

O campo médico/psi passa, então, a construir protocolos e a produzir diagnósticos de diferenciação das pessoas transexuais em relação aos homossexuais e pessoas heterossexuais entre o período de 1950 a 1960, acarretando a condução dos corpos de pessoas trans de forma patológica. Vale salientar que essa diferenciação engloba vários demarcadores, tais como: o não reconhecimento de suas genitálias; o não reconhecimento corpóreo entre outros. Isso, pois, ao criar uma diferenciação o campo da medicina coloca a transexualidade além de patológico, mas, como anormal e incongruente (BENTO, 2014).

Ao mesmo tempo em que o campo da medicina passa a produzir um diagnóstico sobre as transexualidades e medidas de intervenção, o movimento LGBTI+ afasta-se da luta trans por não compreender e/ou por não saber interpretar essa nova categoria que surge. Dentro deste dinamismo de não entendimento por parte do movimento LGBTI+, a comunidade “T” passa a lutar de forma isolada e contando com poucos apoios na discussão de seus tratamentos, direitos e vivências.

Para João Silvério Trevisan (2018), o movimento LGBTI+ estava concentrado em sua maioria em homens e em mulheres homossexuais, uma vez que se reconheciam com suas genitálias e que tinham suas experiências pessoais baseadas no modo de ser e de viver heterossexual. Quando surgem as pessoas trans, que não se reconhecem no seu corpo e que rompem com os padrões usuais do gênero no modo de se vestir e de se comportar, o próprio movimento LGBTI+ reconhece essa identidade como doentia.

Com o movimento LGBTI+ reconhecendo a identidade trans como doentia, o único campo que avançava nas discussões sobre a comunidade “T” era a medicina. Segundo Trevisan (2018), existem poucas obras publicadas sobre a população trans no Brasil, reforçando essa invisibilidade. Para Trevisan (2018) a história é a única capaz de fornecer elementos para pensar essa invisibilidade, pois os relatos mais antigos sobre pessoas trans são datados desde a primeira metade do século XIX em shows e em espetáculos de teatro e isso não pode ser reduzido a simples tentativa de reconhecimento da identidade trans perante o movimento LGBTI+.

Ainda de acordo com Trevisan (2018), a comunidade “T” não precisa de reconhecimento da sua identidade, mas, que os direitos civis garantam proteção e reconheçam a existência deste grupo socialmente e civilmente, pois, quando passamos a refletir e problematizar a existência deste grupos

por meio da literatura científica, passamos a reconhecer a existência deste grupo e a comunidade passa, então, a entender as vivências de pessoas transexuais.

É preciso destacar que não foi apenas o movimento LGBTI+ que se afastou da luta trans, por não reconhecer as transexualidades como identidade. O movimento feminista, também, recusou-se a reconhecer as transexualidades como uma identidade, argumentando que pessoas trans tinham um estereótipo do gênero, ou seja, uma paródia do que era ser homem ou mulher, além disso, o movimento feminista argumenta que muitas pessoas que se identificavam com a letra “T” do movimento possuíam pênis (TREVISAN, 2018).

Para Judith Butler (2009), não bastaria às pessoas trans apenas dizerem “sou mulher” ou “sou homem”. É preciso que essas falas venham acompanhadas de um performativo, um conjunto de elementos que reconheçam seu corpo e suas ações. Ainda, isso apenas não basta, porque o gênero é um processo de reconhecimento social permanente e se você não é reconhecido/a como mulher ou como homem, você passa a ser taxado/a como uma fraude. Portanto, não é apenas uma modificação corpórea que vai garantir que pessoas trans sejam reconhecidas como “homem ou mulher” é preciso um conjunto de ações que vão amparar e reconhecer esse corpo na sociedade.

Butler (2012) argumenta que para esse reconhecimento possa acontecer é preciso que as identidades abjetas, tais como: as transexualidades, tenha uma estrutura além do campo da medicina que possa garantir esse reconhecimento, tais como: a justiça, a segurança pública, a educação etc. Só assim, por meio de uma rede de proteção é que vamos criar um conjunto de elementos que possam reconhecer os corpos trans em nossa sociedade e garantir direitos.

Enquanto o Estado brasileiro não elaborar essa rede de proteção e existência a comunidade “T” estará a mercê do campo da medicina que interpretará seu corpo e suas vivências conforme os estudos clínicos e manuais médicos. A modificação corpórea surge, neste contexto, como uma das poucas, alternativas da medicina para romper com esse estigma social do reconhecimento e o sentimento de pertença por meio da genitália, conhecida como cirurgia transexualizadora ou processo transexualizador. Trata-se de um procedimento de modificar o pênis em vagina, para mulheres trans; para homens trans, a retirada dos seios; e, para ambos, a utilização de hormônios.

Essa posição descrita acima “[...]contrapunha-se à dos profissionais da psicologia, psiquiatria e psicanálise, sempre reticentes às intervenções corporais como alternativas terapêuticas” (BENTO, 2012, p. 570). Para os profissionais do campo psi era preciso pensar primeiro a mente antes do corpo, pois, se a mente estava inquieta com o corpo em si, o que tinha que ocorrer era um entendimento dessa inquietude na mente e não a modificação corpórea para depois compreender a mente, como aponta a medicina.

Muitos psicanalistas consideraram esse procedimento como mutilações, reconhecendo as vivências trans como uma doença, o transexualismo. As discussões em relação ao “fenômeno transexual” percorrem uma década até a regulamentação da cirurgia e dos protocolos de reconhecimento das pessoas trans. Enquanto os direitos de vivenciar a sexualidade trans de forma natural é inviabilizada, o conceito transexualidade fica mais evidente nos estudos clínicos e nos manuais médicos, que passam a investigar, por meio de protocolos e de estudos clínicos, formas de viabilizar procedimentos cirúrgicos que possibilitassem as pessoas trans o sentimento de “pertença” com o próprio corpo (Butler, 2009).

Após as discussões conceituais, o procedimento cirúrgico intensificou-se ao longo das décadas de 1960 e de 1970. A medicina passou a normatizar as identidades sexuais e a produzir indicadores, diferenciando pessoas que se reconheciam como transexuais das que se identificavam com a identidade de gênero diferente da trans por meio de protocolos. EntrE a década de 60 e 70 surgiram diversas técnicas e procedimentos que colaboraram na ampliação de protocolos para a realização do processo transexualizador. Desta forma, o campo da medicina, ao utilizar o corpo trans como experimento, passa a desenvolver diversos manuais médicos de procedimentos para a padronização dos corpos.

É preciso destacar que quando falamos de padronização dos corpos, vamos no sentido de, aproximar os corpos e vivências de pessoas trans de corpos e vivências de pessoas heterossexuais que se reconhecem com suas genitálias, ou seja, corpo-vagina-mulher ou corpo-pênis-homem e, tentar, se assimilar o mais próximo possível deste caminho como citado acima. Assim, a medicina por meio de intervenções cirúrgicas e procedimentos hormonais vão moldando corpos.

Em contraposição a área médica, Jaqueline Gomes de Jesus (2012) argumenta que, transexuais homens e mulheres é um termo genérico, caracterizador da pessoa que não se identifica com o gênero atribuindo-lhe, quando de seu nascimento. Além disso a Jesus (2012) recomenda-se que evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. A autora complementa que precisamos nos referir à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica.

Desse modo, a medicina moderna passou a criar procedimentos para identificar quais pessoas sofriam de “disforia de gênero”, para autorizar o tratamento e a cirurgia, sua justificativa para a intervenção cirúrgica tinha como base um diagnóstico pautado na doença classificada, inicialmente, como “transexualismo”. O interessante quando falamos de corpo e vivências de pessoas trans na medicina é, este campo produz a doença e apresenta os protocolos de tratamento, por isso, a

necessidade de registrar e demarcar a identidade trans como doença foi pensar agilmente em protocolos.

Assim, em 1980, a transexualidade passa a ser reconhecida como uma identidade sexual de caráter patológico com registro no Código Internacional de Doenças (CID), classificada, inicialmente, como “transexualismo”. Em 1994, muda-se a nomenclatura para “Transtorno de Identidade de Gênero”. Quando o termo é fixado nos anais da medicina, na década de 1990, algumas pessoas que militavam na comunidade “T” concordaram em reconhecer a transexualidade como doença, pois, homens e mulheres que se reconheciam como trans teriam acesso integral à saúde para realizar seu processo. Além disso, muitos iniciavam o processo transexualizador de forma clandestina e sem orientação médica, por exemplo: injetar silicone industrial nos seios e outras partes do corpo; utilização de hormônios sem prescrição médica.

Do outro lado, integrantes da comunidade “T” e LGBTI+ argumentavam que a inserção no CID, nos estudos clínicos e nos manuais médicos facilitaria a discussão sobre processos de cura, uma vez que a identidade passa a compor o rol de doenças internacionais, o campo da medicina iria passar a investigar possíveis tratamentos de cura para essa “doença”. Assim, muitas pessoas que se reconheciam como trans passam a contrapor ao CID e aos manuais médicos que definiam os corpos e a condutas de pessoas que se identificavam como trans.

Vale destacar que essa discussão prosseguiu até o ano de 2019, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹ removeu da sua classificação oficial de doenças, a CID-11, o chamado “transtorno de identidade de gênero”, definição que considerava como doença mental a situação de pessoas trans. Nesse momento, a OMS reconhece que o processo transexualizador deve ser garantido pelo Estado como direito a todos/as cidadãos/as. Contudo, muitos países, como o Brasil, mantêm, ainda, em seus manuais médicos, o termo “incongruência de gênero”, como forma de garantir o acesso à saúde e ao tratamento as pessoas trans, mas reafirma o caráter patológico.

Conclusão:

Antes de finalizar, é preciso destacar que ainda existe diversas discussões sobre novas interpretações por parte de teóricos do campo da medicina, ciências humanas e sociais sobre as vivências trans. Além disso, a comunidade “T” se reafirma enquanto movimento social ao reivindicar seu espaço político dentro da comunidade LGBTI+ por meio de participações em

¹ Reportagem no site das Nações Unidas (NU) sobre a retirada da transexualidade como doença. Disponível em <https://nacoesunidas.org/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/>. Acesso em 8 jun. 2023.

conferências sobre a diversidade sexual. Ouso a dizer que a comunidade “T” se faz presente e atuante na luta pelos direitos sexuais no Brasil por sua letra abarcar outras identidades e isso fortalecer o debate sobre as políticas públicas voltadas ao público LGBTI+ no Brasil.

Os debates sobre as políticas sexuais no Brasil fomentam não somente a comunidade “T” ou movimento LGBTI+ e sim, homens e mulheres heterossexuais, pois, ao discutir sobre políticas sexuais esses grupos também debatem políticas que vão garantir um maior acesso a todos e todas na garantia de direitos, tais como: preventivo, reprodutivo e segurança pública. Dessa forma, a promoção de ideias por meio de embates e debates promovem pensar novas interpretações não apenas do corpo e vivências trans, mas, de justiça, seguridade, direitos, cidadania, educação entre outros.

Mas, mesmo com os avanços nos campos das políticas públicas e sociais, os corpos das/os transexuais são interpretados/as e conduzidos/as pela ótica da heteronormatividade, no processo transexualizador. Muitas vezes, a existência do pênis é um demarcador em mulheres trans como pessoas incompletas e nos homens trans, os seios. Dessa forma, é preciso romper com as normas de gênero que classificam as identidades trans como anormais ou como incongruentes, deixando de classificar o corpo trans dentro da lógica corpo-vagina-mulher ou corpo-pênis-homem.

É preciso também, que o campo da medicina passe a pensar uma revisão de seus estudos clínicos e manuais médicos juntamente com a comunidade “T”, os manuais, protocolos e procedimentos médicos no processo transexualizador. Ao rever juntamente com a comunidade “T” os procedimentos o campo médico e, psi, passa a garantir o acesso deste grupo a saúde, não apenas pelo caráter patológico e sim, participativo e integrante.

Consideramos importante lembrar que o “T” somente foi incorporado às letras do movimento LGBTI+ no ano de 2016, durante a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Essa invisibilidade atenua a violência que pessoas trans sofrem no Brasil. Quando o movimento LGBTI+ passa a discutir políticas públicas para a comunidade “T” unindo forças para debater estratégias e ações efetivas na garantia de direitos, todos do movimento LGBTI+ passa a repensar a sua existência e a garantia de direitos.

Ao repensar a garantia de direitos da comunidade “T” no Brasil, precisamos compreender a onda de violência e mortes que acarretam esse grupo. Os dados mostram que o Brasil é, hoje, o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Segundo o ranking mundial sobre mortes de LGBTI+,

houve 900 mortes, no Brasil, no período compreendido entre janeiro de 2008 e setembro de 2016, seguido do México (271) e dos EUA (154)².

Pequenos avanços para a garantia de existência e reconhecimento deste grupo na legislação brasileira, caminham a passos lentos. Podemos citar duas conquistas nos últimos dois anos: a equiparação da lei 11.340 conhecida como a Lei Maria da Penha que passa a sua aplicabilidade a mulheres trans e a criminalização da homofobia. Um dos caminhos que podemos apontar para que esse reconhecimento da comunidade “T” na legislação brasileira, caminha a passos lentos, é a falta de coletas de dados referente a essa comunidade.

É preciso destacar que os dados sobre crimes homofóbicos no Brasil e mortes de travestis e transexuais nos últimos quatro anos de governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro não ocorreu por parte do Estado, cabendo as Organizações Não-governamentais - ONG e grupos de pesquisas de universidades públicas a concretizar os dados.

Além disso, no (des)governo presidencial anterior as conferências municipais, estaduais e nacional da diversidade sexual não ocorreram. Deste modo, houve um silenciamento da temática na gestão presidencial de Bolsonaro e, seus ministérios responsáveis por desenvolver políticas públicas não trataram do tema, ou seja, negaram a existência da comunidade “T”.

Isso demonstra uma negativa por parte do Estado de pensar em estratégias e ações de políticas públicas que possam garantir que pessoas trans tenham seus direitos garantidos pelo Estado e possam vivenciar sua identidade de forma respeitosa.

Por fim, o presente texto tentou apresentar alguns marcos da trajetória da comunidade “T” no Brasil e suas lutas na garantia de existência, direitos e vivência. Discutir esse tema na literatura científica é além de promover o reconhecimento da comunidade “T” em espaços antes negados a esse público, apresentar novas interpretações nos modos de ser e viver em sociedade.

Referências

BENTO, B. **O que pode uma teoria?** estudos transviados e a despatologização das identidades trans. Revista Florestan, São Carlos, ano 1, n. 2, p. 46-66, 2014. Disponível em http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25. Acesso em 4 jun. 2023.

² Relatório sobre a morte de travesti: https://transrespect.org/wpcontent/uploads/2016/11/TvT_TMM_TDoR2016_2008-2016_Map_EN.pdf. Acesso em: 03 jun. 2023.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>. Acesso em 4 jun. 2023.

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100006>. Acesso em 20 jun. 2023.

JESUS, J. G. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. Disponível em https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em 11 jun. 2023.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Autor:

Marcos da Cruz Alves Siqueira

Titulação Acadêmica: Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Breve currículo: Sou homem, negro, LGBTQIA+, paranaense (porém, descendente de nordestinos que vieram trabalhar nas plantações de café). Realizei minha graduação em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) no período noturno porque me possibilitava trabalhar durante o dia para concluir meus estudos. Após a graduação, decidi realizar a especialização em Pesquisa Educacional pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) vindo a concluir o curso com trabalho sobre cartografias sexuais no âmbito educativo (2013). Após a especialização, realizei o mestrado em Ensino com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) com dissertação sobre diversidade sexual e homofobia no âmbito educativo (2015). As provocações ocorridas no mestrado levaram-me a realizar o processo de doutoramento em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) com pesquisa na área de gênero e sexualidade na mídia religiosa (2021). Tal trajetória acadêmica me levou à docência como professor efetivo no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) campus de Ilha Solteira (SP). Além disso, a instituição oportunizou a realizar minha segunda graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ipatatinga (2021) e licenciatura em Teatro pela Faculdade Mozarteum de São Paulo (FAMOSP), ainda em curso. Pensando em contribuir para a pesquisa na rede federal realizei estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) com o projeto "Etnografando Reminiscências

LGBTI+: trajetórias com tecituras de resistências ao falar de si" (2021-2022). Com a pesquisa anterior de pós-doc. obtendo resultado satisfatório, consegui um afastamento remunerado para realizar um segundo estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) com o projeto Tecituras antropológicas na educação e suas tensões: pedagogia da resistência nas memórias de estudantes LGBTI+ (2023-2023). Também é preciso destacar que desde o meu ingresso no IFSP passei a integrar o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro do IFSP (NEABI), Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS) e Grupo de Pesquisa HumanidArtes. Além disso, faço parte do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Educação (GPAE) e Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo (NIPAC) ambos da UNESP. Destaco ainda, dentre minhas andanças profissionais que sou ator registrado pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado do Paraná (SATED/PR), desenvolvi trabalho com a Companhia Oficinas de Teatro e Companhia do Circo de Paranaíba. Trabalho também como escritor participando de diversos festivais pelo Brasil. Faço parte do Comitê Editorial Científico da série Educação, Diversidade e Direitos Humanos" (Editora Pinê, Ilha Solteira, SP) e da Revista Pesquisas e Práticas Educativas (PePE) da UNESP. Minhas pesquisas são moldadas por Narrativas sobre Gênero, Sexualidade, Raça, Corpo, Educação, Cultura, Identidade e Diversidade.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8097738870620043>